



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
1ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4734 -
E-mail: 1civelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0817797-12.2020.8.23.0010

SENTENÇA

ANTONIO ADACIR MURUSSI DE OLIVEIRA JUNIOR, qualificado na inicial, interpõe a presente demanda judicial contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A pretendendo o recebimento de indenização securitária obrigatória decorrente de acidente automobilístico.

Afirma o autor, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico que lhe resultou na debilidade descrita na inicial e que a Seguradora fez pagamento a menor do que lhe era devido.

Desta forma, requer a condenação da parte ré ao pagamento do valor da indenização securitária (R\$ 13.500,00 – treze mil e quinhentos reais).

Juntou documentos.

Reconhecida a necessidade da assistência judiciária gratuita (EP. 18).

Citada, a parte ré apresentou contestação (EP.9), arguindo no mérito, a ausência de laudo do IML quantificando a lesão; do pagamento na esfera administrativa, alegando quitação – proporcional à lesão; da correção monetária nos termos da Súmula 580 do STJ; da incidência dos juros de mora a partir da citação; e discorreu sobre os honorários advocatícios.

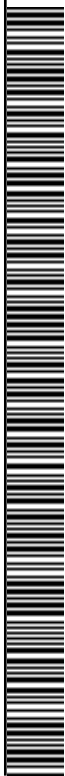
Decisão de saneamento e organização do processo em que foi deferida a produção de prova pericial (EP. 24).

Laudo pericial juntado aos autos (EP.46).

Não houve impugnação ao laudo.

Intimado para juntar laudo e/ou relatório da ocorrência do local do acidente.

Juntou uma folha do relatório ROP – PMRR.



É o relatório que segue os requisitos do art. 489, inc. I, do Código de Processo Civil. Passo a enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo, capazes de infirmar minha conclusão (CPC, art. 489, inc. IV):

O seguro DPVAT, é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não, criado pela Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis nºs. 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, tendo por objetivo a reparação por eventual dano pessoal, independente de juízo de valor acerca da existência de culpa.

Presente a cobertura sempre que, em território nacional, vítima de acidente com veículo terrestre a motor, ou a respectiva carga, causando, necessária e diretamente a morte ou invalidez permanente de uma pessoa ou, ainda, a realização de despesa financeira para obtenção de assistência médica ou suplementar.

Vê-se, pois, que o art. 5º, da Lei n. 6.194/74 ao dispor que " O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente (...)", de fato traz a possibilidade da apresentação de singela prova para se auferir o prêmio, o que não significa dizer que a singeleza da prova não signifique a inexistência ou incerteza da prova.

O contexto normativo (interpretação sistemática) impõe que a expressão “simples prova do acidente e do dano decorrente” seja compreendida como afastamento da perquirição da culpa, como ocorre na ordinária verificação da responsabilidade civil. Pela lei de regência de tão importante instituto, não se afere a culpa do causador do acidente, mas sim a existência do dano em decorrência de acidente. É dizer, em síntese, e já sendo repetitivo, que a lei impõe a comprovação, ainda que facilitada (e não inexistente ou presumida) do acidente, do dano e do nexo causal entre os dois primeiros. E especificamente no que atine ao nexo causal, há função de pressuposto para o pagamento e de delimitação do alcance ocorrido apenas quando do acidente de trânsito.

No caso, os documentos acostados na inicial, revelam a existência de acidente, conforme ROP e Boletim de Ocorrência.

De mais a mais, foi deferida a perícia médica ao autor cuja o resultado da perícia afere o grau de lesão em 50% do Movimento Inferior Direito – MID, conforme laudo do *expert* em evento 46. Dando-lhe nexo causal ao pedido.

No entanto, verificando o Boletim de Ocorrência, bem como o Relatório de Ocorrência da Polícia Militar – ROP-PMRR, deparamos com suposto ato ilícito por ambos os participantes autuados. Sabe-se que o delito culposo tem por elemento a inobservância do cuidado objetivo necessário manifestado através da conduta imprudente, negligente ou imperita do condutor.

Consta que os envolvidos participaram na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida e disputa automobilística - “racha”

não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade

pública ou privada, conforme dispõe o artigo 308, da Lei nº 9.503/97(CTB).

Todavia, a concessão do seguro nesta hipótese encontra barreira no próprio fato narrado em boletim, suposto “racha”. O direito a indenização não pode ser reconhecido com origem em suposto ilícito com a agravação do risco.

Como se conclui, ainda que existente o fato acidente, a suposta ilicitude narrada em Boletim de Ocorrência e Relatório de Ocorrência Policial acarreta, por si só a não concessão do benefício.

Do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE**, o pedido formulado na inicial, com base nos artigos 487, I, do CPC.

Pela sucumbência, condeno o autor ao pagamento das despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação. Suspensa a exigibilidade por se tratar de assistência judiciária gratuita.

Liberem-se eventuais valores depositados em Juízo a título de honorários periciais a(o) perita(o), caso ainda não efetivado.

Transitado em julgado, ao arquivo.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Data, hora e assinatura registradas no sistema.

Phillip Barbieux Sampaio

Juiz Substituto – Respondendo pela 1ª Vara Cível

